

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

ANA PAULA PAZ GODOY

**SURGIMENTO E PRIMEIROS ANOS DO COLLEGIO ELEMENTAR 15
DE NOVEMBRO EM BAGÉ/RS (1909-1929)**

**Bagé
2015**

ANA PAULA PAZ GODOY

**SURGIMENTO E PRIMEIROS ANOS DO COLLEGIO ELEMENTAR 15
DE NOVEMBRO EM BAGÉ/RS (1909-1929)**

Trabalho de Conclusão de Curso II
apresentado como requisito parcial na
obtenção de título de graduação em
Letras.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Carvalho
Bica

**Bagé
2015**

“O Senhor é a minha luz! Ele ilumina a escuridão da minha vida. Pelo seu poder vencerei exércitos; E pela sua força transporei muralhas. O caminho de Deus é perfeito; A palavra do Senhor, verdadeira. Ele protege a todos que nele se escondem. Somente nosso Senhor é Deus; Não há outro Salvador. Deus é minha fortaleza e minha força, Ele me traz a salvo.” 2º Samuel 22: 29-33.

RESUMO

Este trabalho busca compreender o processo de surgimento do **Collegio Elementar 15 de novembro** do município de Bagé/RS, no período da Primeira República (1889-1930). Neste sentido, têm-se como propósito produzir narrativas históricas sobre os acontecimentos educacionais que promoveram o surgimento dos Collegios Elementares no Estado do Rio Grande do Sul. Este trabalho tem como perspectiva metodológica o viés da pesquisa documental ancorada principalmente no uso de fontes escritas como os Relatórios e Decretos da Instrução Pública do Estado do Rio Grande do Sul, Relatórios Intendenciais do município de Bagé/RS e notícias editadas pelo jornal republicano “O Dever” do município de Bagé/RS. Os dados analisados revelaram que o **Collegio Elementar 15 de Novembro** contribuiu na expansão do ensino que estava acontecendo na educação gaúcha, além de promover o aumento de vagas públicas para o município de Bagé/RS nas primeiras décadas do século XX.

Palavras-chave: Collegio Elementar, Instituições de Ensino, Expansão da Educação Pública.

RESUMEN

Este trabajo busca comprender el proceso de surgimiento del **Collegio Elementar 15 de noviembre** de la ciudad de Bagé/RS, durante el periodo de la Primera República (1889-1930). En este sentido, tuvo como propósito producir narrativas históricas sobre los acontecimientos educacionales que promovieron el apareamiento de los Colegios Elementares en el Estado del Rio Grande del Sur. Este trabajo tiene como perspectiva metodológica la contribución de la pesquisa documental aportada principalmente en el uso de fuentes escritas como los informes y Decretos de la Instrucción Pública del Estado del Rio Grande del Sur, informes intendenciales del municipio de Bagé/RS y noticias edictadas por el periódico republicano "O Dever" del município de Bagé/RS. Los datos analizados han revelado que el **Collegio Elementar 15 de Novembro** contribuyó en la expansión de la enseñanza que estaba aconteciendo en la educación gaúcha, además de promover el aumento de vagas públicas para el município de Bagé/RS en las primeras décadas del siglo XX.

Palavras-clave: Collegio Elementar, Instituciones de Enseñanza, Expansión de la Educación Pública.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 01: Collegio Elementar na Praça Rio Branco..... | 22 |
| Figura 02: Anúncio de edital de matrículas de 1923..... | 31 |
| Figura 03: Publicação quermesse 1927..... | 32 |
| Figura 04: Alunos do Collegio Elementar..... | 34 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 01: Matrícula da instrução pública bajeense em 1914..... | 24 |
| Tabela 02: Corpo docente do Collegio Elementar em 1923..... | 25 |
| Tabela 03: Matrícula e número de professores do Collegio Elementar (1909-1929). | 29 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS..... | 09 |
| 2 O CONCEITO DE EDUCAÇÃO REPUBLICANA GAÚCHA..... | 11 |
| 3 OS COLLEGIOS DISTRITAIS E OS COLLEGIOS ELEMENTARES..... | 17 |
| 4 O COLLEGIO ELEMENTAR 15 DE NOVEMBRO..... | 22 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 37 |
| REFERÊNCIAS..... | 39 |

1. Considerações Iniciais

Este trabalho situa-se no âmbito da história da educação e tem como temática a história das instituições escolares. Tem como principal objetivo resgatar a história do Collegio Elementar de Bagé desde sua criação em 1909 até 1929, já com o nome de Collegio Elementar 15 de Novembro. Pretende relatar as políticas educacionais adotadas neste período; leis, decretos, etc. Além de discutir de forma mais ampla o surgimento, a organização e quais as efetivas contribuições do funcionamento desta instituição para a sociedade bajeense.

Os estudos nesta área podem ser de grande proveito para compreender a complexidade das questões sociais e políticas de uma época. *“Pesquisar uma instituição escolar é uma das formas de se estudar filosofia e história da educação brasileira, pois as instituições escolares estão impregnadas de valores e ideias educacionais.”* (Buffa et col, p.24, 2002).

Esta ideia foi ao encontro do objeto de estudo deste trabalho, que é a gênese do Collegio Elementar 15 de Novembro. Assim, ao pesquisar esta instituição as marcas deixadas por sua época vieram à tona, para lhe conferir sentido.

Este trabalho teve como meio norteador a pesquisa documental, visto que foram utilizadas fontes como: Decretos do Estado do Rio Grande do Sul, Relatórios da Instrução pública estadual, Relatórios do Presidente da Província e Relatórios Intendenciasais de Bagé, além de notícias publicadas no jornal republicano “O Dever” entre os anos (1921-1928). Utilizamos o método dialético, pois, procuramos compreender as mudanças na sociedade gaúcha e como elas se relacionaram entre si, gerando a criação dos colégios elementares. Este método está intimamente ligado com abordagem deste trabalho; a abordagem qualitativa, que segundo Neves (1996 p.1) *“O desenvolvimento de um estudo de pesquisa qualitativa supõe um corte temporal espacial de determinado fenômeno por parte do pesquisador.”*.

Para concretizar as intenções pretendidas este trabalho foi organizado em três capítulos.

No primeiro capítulo será apresentado como organizou-se a educação pública no Estado do Rio Grande do Sul durante a Primeira República, período em que se concentraram as análises deste trabalho. Será estudado, a atuação e os motivos que levaram o governo gaúcho em não poupar esforços neste setor da

administração pública. Neste sentido, utilizaremos estudos de autores que revelam a realidade estadual e as transformações que decorreram da implantação deste novo modelo de governo.

O segundo capítulo explicará o que eram e como funcionavam os Colégios Distritais e os Colégios Elementares. Estes dois tipos de instituições estiveram presentes nos anos da Primeira República.

O terceiro capítulo pretende reproduzir a história desta instituição de ensino e assim compreender sua importância e interferência no cotidiano da população bajeense. Para isto, além das informações que foram extraídas dos Relatórios Intendenciais do Município de Bagé e dos Relatórios da Instrução Pública do Estado, realizou-se uma pesquisa no jornal republicano “O Dever” entre os anos de 1921 a 1928. Norteados pela análise destas fontes buscamos tecer esta narrativa histórica.

2. O Conceito de Educação Republicana Gaúcha

Começamos este capítulo com a fala de Jose Octavio Gonçalves intendente de Bagé sobre a instrução pública, por entender que este discurso nos revela um pouco dos movimentos acerca da educação no Estado, aqui chamada de *a base do progresso de um povo*.

É desnecessario fazer considerações sobre este ramo da administração publica porque todos sabeis as vantagens que dimanam para o paiz, da disseminação do ensino. É a base do progresso de um povo, em todas as manifestações da sua actividade. O governo do Estado a quem especialmente cumpre prover a instrucção, tem procurado melhora-la n'esta circumscripção como lhe é possível. (Relatório intencional de Bagé de 1910, grifo nosso).

A expansão da instrução pública primária foi intencionalmente a principal bandeira dos dirigentes do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Sendo assim, a educação no Estado durante a Primeira República passou inevitavelmente por uma série de transformações neste período. Estas mudanças estavam norteadas pelos princípios ideológicos do positivismo¹, filosofia criada por Augusto Comte (1798-1857). De acordo com Tambara (2011, p. 2): *“O fenômeno educacional não se explica por si só. Ele é uma resposta a uma dada necessidade, a qual, por sua vez, se modifica a partir da ação do ideológico”*.

Então, para compreendermos as modificações ocorridas neste período fez-se reconhecer quais princípios estavam sendo pensados pelos dirigentes estaduais. No Rio Grande do Sul o positivismo assumiu uma identidade peculiar: A visão de Júlio de Castilhos² sobre a filosofia de Augusto Comte.

¹ (COSTA, 2005, p.72): O nome 'positivismo' tem sua origem no adjetivo 'positivo', que significa certo, seguro, definitivo. Como escola filosófica derivou do 'cientificismo', isto é, da crença no poder dominante e absoluto da razão humana em conhecer a realidade e traduzi-la sob a forma de leis que seriam a base da regulamentação da vida do homem, da natureza e do próprio universo. Com este conhecimento pretendia-se substituir as explicações teológicas, filosóficas e de senso comum por meio das quais – até então – o homem explicara a realidade e sua participação nela. COSTA, Cristina. **Sociologia**: Introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2005.

² (RODRÍGUEZ, 2010, págs. 376 e 377): “Assinalemos as principais diferenças entre o sistema castilhista e o modelo político proposto por Comte. Pode-se agrupá-las em quatro pontos: 1) Enquanto para Comte a assembleia política gozava de certo caráter corporativo, pois devia ser constituída por deputados escolhidos pela agricultura, manufatura e comércio, para os castilhistas a assembleia estadual estava composta pelos representantes dos diferentes círculos eleitorais em que se dividia o Estado, abrangendo-os no seio do partido único (PRR) dominante. 2) Enquanto Comte insistia em que a renovação mental e social devia preceder à organização política, pois a reconstrução temporal precisava ser antecedida pela reorganização espiritual, os castilhistas davam preferência à renovação política, da qual esperavam a mudança moral e espiritual. 3) Enquanto para Comte não havia identi-

[...] **para Castilhos o bem público só poderia encontrar-se onde se achasse a essência mesma da sociedade ideal**, que ele entendia em termos do “reinado da irtude”. O bem público confundia-se, para ele, com a imposição, por parte do governante esclarecido, dum governo moralizante, que fortalecesse o Estado em detrimento dos egoístas interesses individuais **e que velasse pela educação cívica dos cidadãos, origem de toda moral social**. (RODRÍGUEZ, 2010, p.150, grifo nosso).

Para Rodríguez (2010) o ponto mais significativo da ideologia de Castilhos foi o seu caráter autoritário e totalitário do Estado, no qual os interesses deste se sobressaíam aos demais. Então, em busca da sociedade ideal liderada pelo Estado a educação teve um papel importante na concretização das aspirações republicanas, que visavam à modernização da sociedade, à consolidação do novo regime, além de conferir civismo aos cidadãos, necessário para a manutenção da ordem.

A instituição escolar, neste período, é vislumbrada como possuidora de todas as forças necessárias para a constituição do novo homem, o cidadão republicano. Uma formação que garantisse sanidade mental, higiênica, moral para o convívio social. (ERMEL, 2011, p. 58)

Desta forma, uma série de políticas educacionais criadas com estes objetivos e que permitissem o controle total do governo sobre os indivíduos, passou a ser aplicada no Estado. A escola pública tornou-se um agente de consolidação da república, pois cabia-lhe o dever de formar o cidadão apto ao *exercício da cidadania*. Corsetti (2008a) resume as principais atuações dos dirigentes positivistas no campo educacional.

a) Expansão do ensino público primário, como ação fundamental do Estado;

dade entre os poderes sacerdotal, educador e industrial, por uma parte, e o Estado, por outra, no castilhismo há uma tendência unificadora dos três primeiros em torno do Estado. Efetivamente, ainda que não encontremos de parte dos castilhistas um pronunciamento explícito neste sentido, nota-se uma tendência a converter tudo em função estatal. Isto aparece claramente, ao nosso modo de ver, na colonização, entendida por Castilhos e Borges de Medeiros como obra educadora do Estado, a fim de amoldar os colonos à nova pátria. Também observamos este fenômeno na luta dos castilhistas contra os grupos econômicos particulares que pudessem gozar eventualmente de liberdade perante o Estado, como no caso da “Auxiliare”, durante o governo de Borges. 4) A despeito da plena liberdade de expressão apregoada por Comte, sem que o Estado favorecesse nenhuma opinião, achamos no sistema castilhista o favorecimento da doutrina estatal, através da imprensa do Partido único e da perseguição encarniçada aos jornais da oposição, sem falar em todos os mecanismos constitucionais que garantiam a inquestionabilidade das decisões do Chefe do Estado na elaboração das leis.(2) Em síntese, o castilhismo se diferencia do comtismo em virtude de destacar mais decisivamente a presença dominadora do Estado nos diferentes campos da vida social, ao mesmo tempo em que cria toda uma infraestrutura econômica, política e jurídica para perpetuar tal estado de coisas. Em outras palavras, o castilhismo mostrou-se mais decididamente totalitário que o comtismo.” RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **Castilhismo**: uma filosofia da República. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

- b) Estímulo e apoio, inclusive com verbas públicas, ao ensino técnico- profissional e superior privados;
- c) Nacionalização do ensino, especialmente nas regiões coloniais;
- d) Utilização da escola como instrumento de política de saúde preventiva, através da formação da “consciência sanitária da população”, bem como de assistência social;**
- e) Contenção de despesas com a expansão do ensino, através dos mecanismos das subvenções escolares e do envolvimento das municipalidades;**
- f) Centralização administrativa e uniformização pedagógica;**
- g) Controle pleno do ensino público e liberdade à iniciativa privada;**
- h) Utilização da escola pública para a formação da mentalidade adequada ao processo de modernização conservadora promovido pelo Estado;**
- i) Diferenciação dos saberes, como parte da própria lógica da dominação e da construção do processo de modernização capitalista, patrocinado pelos dirigentes republicanos de orientação positivista. (CORSETTI, 2008a, p. 63, grifo nosso)

Estas mudanças começam com a publicação da constituição gaúcha de 1891 que estabelece no art.71, § 10 o ensino *leigo, livre e gratuito* a ser ministrado nas escolas estaduais. Este ensino teve toda sua organização pensada para atribuir ao cidadão o patriotismo e o que Corsetti (2008b) chama de *consciência nacional*, na qual o indivíduo compreende seu lugar na sociedade e a importância do Estado forte norteador das atitudes que levariam ao bem público.

Um ponto importante a salientar são as disciplinas que eram ensinadas nas instituições escolares: Geografia e História principalmente do Brasil e do Estado; Ciências Físicas e História Natural aplicáveis às indústrias, à agricultura e à higiene, Noções de Direito Pátrio e Ginástica, etc.

Ermel (2011) destaca a importância dos conteúdos que eram ministrados aos alunos. Disciplinas como estas estavam presentes na grade curricular e prestavam-se ao trabalho de auxiliar na formação dos indivíduos, desenvolvendo neles este sentimento de nacionalismo, as virtudes morais e cívicas, a preparação para o trabalho e hábitos de higiene. Assim, a escola seria uma parada obrigatória na formação das práticas correspondentes à república.

Isto pode ser visto no Decreto nº 89 de 1897 que reorganiza a instrução primária estadual art. 6º: “A *instrução moral e cívica não terá curso especial, mas ocupará constantemente e no mais alto grau a atenção de professores*”p.164.

Além destas instruções referentes ao programa de ensino, este decreto também estabelecia sobre a organização do ensino: Dos conselhos distritais formados por pais de alunos, do conselho escolar, do provimento e regime das escolas; da efetividade, vencimentos, aposentadoria, obrigações, penas e processos aos profes-

sores, das estatísticas, das casas e fornecimento das escolas, da secretaria, ou seja, de todo o funcionamento da instrução pública primária.

Tudo isto, sob a direção suprema do presidente do Estado, que exercia este poder por intermédio do secretário de negócios de exterior e interior, sendo a direção e fiscalização imediata das aulas públicas sob o domínio do inspetor geral que contava com o auxílio de inspetores regionais.

Segundo Corsetti (1998), essa estrutura continuou praticamente igual até 1920, tendo sido modificada no período de 1911 a 1927, neste momento foi suprimida a Inspetoria Geral da Instrução Pública, as atribuições deste setor foram entregues à Repartição Central da Secretaria do Interior e Exterior, gerando uma maior centralização do sistema de inspeção do ensino. Em suma, estes mecanismos de controle faziam-se presentes na educação gaúcha elaborada pelos positivistas, possibilitando ao governo exercer seu autoritarismo também neste setor.

Cabe lembrar, porém que a constituição sul-rio-grandense de 1891, previa como dever do presidente da província: Capítulo III, art. 20, 25° - *“Providenciar sobre o ensino público primário, gratuito e livre, ministrado pelo Estado”*. Ao governo estadual competia garantir o ensino primário e sobre este concentrou seus esforços para a concretização da expansão do ensino. Porém, a constituição não lhe conferia a mesma obrigatoriedade em relação ao ensino secundário e superior. Desta forma, sempre houve a forte participação da iniciativa privada e especialmente da Igreja Católica estabelecendo o domínio sobre eles.

Conforme Giolo (2009), apesar da separação existente entre a Igreja e o Estado, tanto para os positivistas que pretendiam conquistar o apoio político em todas as regiões do Estado, como para a Igreja Católica, que sempre exerceu grande influência sobre boa parte da população e desejava firmar-se em solo gaúcho, além de retomar a autonomia que possuía e fora perdida no final da monarquia, era conveniente um acordo que beneficiasse a ambos.

Os positivistas, particularmente, tinham quase uma fixação pelas técnicas utilizadas pela Igreja na formação moral das massas. Não seria lógico, portanto, esperar que desconsiderassem esse potencial, ainda mais num momento em que a Igreja estava ansiosa para estender sua malha institucional de um canto a outro do Estado. Favorecendo-a, Castilhos e seus sucessores poderiam obter o seu concurso para conquistar o apoio político das populações urbanas e, sobretudo, das populações coloniais. (GILOLO, 2009, p. 251)

Segundo Giolo (2009) desta divisão de público escolar, a Igreja formava os filhos da elite, enquanto o Estado como já foi dito, predominou sobre o ensino primário onde formava a massa de alunos pobres.

Esta relação “amistosa” pode ser percebida nos centros urbanos. Porém, esta parceria não foi tão pacífica nas regiões coloniais. Segundo Corsetti nestas regiões houve uma acirrada disputa com a Igreja Católica sobre o domínio do ensino primário, “A disputa com a Igreja, no campo do ensino primário, *sinalizou que o Estado não abria mão de ser o educador por excelência do trabalhador que o capitalismo necessitava para sua consolidação e pleno desenvolvimento*”. (CORSETTI, 2008b, p. 4).

Para Corsetti (2008a), a concretização deste projeto se deu pela utilização de uma série de elementos para alcançar o *imaginário social*, instigando na população a plena aceitação da república:

Na construção do imaginário republicano, merecem destaque os rituais, que estiveram presentes especialmente através das comemorações e festas cívicas destinadas à propaganda eficiente dos valores da modernidade republicana. A escola pública contribuiu eficazmente nessa tarefa. As festas escolares eram verdadeiros rituais destinados a modelar condutas, não se constituindo em eventos apenas laudatórios das personalidades mitificadas, servindo também para estimular condutas “positivas”, reforçando os comportamentos recomendados com o estímulo de premiações. Os símbolos tiveram utilização peculiar na construção do imaginário republicano através da escola. A simbologia republicana teve no hino e na bandeira suas duas maiores expressões. Inseridos nos eventos públicos de massa, representavam a identificação instantânea dos valores da República. (Corsetti, 2008a. p. 65)

Toda esta corrida em busca de um ensino primário que atingisse todo o território gaúcho gerou um considerável aumento no número de escolas no Rio Grande do Sul. Como exemplo disto, temos a criação de colégios distritais e escolas elementares principalmente no interior do estado.

Desta forma, pode-se dizer que não foram poucos os recursos e estratégias que os dirigentes do PRR, detentores da renovação política, se utilizaram para fazer da escola pública o berço dos cidadãos da república e o pilar da sociedade que estava sendo (trans)formada colocando assim, em prática uma das diferenças entre o positivismo de Comte:

Enquanto Comte insistia em que a renovação mental e social devia preceder à organização política, pois a reconstrução temporal precisava ser ante-

cedida pela reorganização espiritual, **os castilhistas davam preferência à renovação política, da qual esperavam a mudança moral e espiritual.** (RODRÍGUEZ, 2010, p. 337, grifo nosso).

As transformações vividas no interior do setor educacional Sul-Rio-Grandense deveriam gerar as transformações pelas quais o povo gaúcho necessitava passar, para então construir e fazer parte da sociedade ideal almejada pelos republicanos gaúchos.

3. Os Colégios Distritais e os Colégios Elementares

Na obtenção do projeto educacional do PRR, os republicanos gaúchos incentivam com a imposição do Decreto nº 89 de 2 de fevereiro de 1897 que reorganiza a instrução primária no Estado, a criação de colégios distritais e escolas elementares.

Art.1º_ O ensino primário, livre, leigo e gratuito, será ministrado em collegios districtaes e em tantas escolas elementares quanto forem necessárias.

Art.2º_ O collegios districtaes serão instituídos onde for verificada pelo governo a necessidade d'eles com tantos professores quanto forem as classes em que forem divididos o respectivo curso, tendo como base o grau de adiantamento e nunca o numero de matérias a ensinar [...](Decreto nº 89,p. 162 e 163)

Segundo este decreto, os colégios distritais contavam com a presença do diretor que deveria ser um dos professores, este cargo era designado pelo presidente do Estado, as aulas eram seriadas de acordo com o grau de adiantamento e divididas em três classes.

Em 1901, pelo Decreto Estadual nº 385 foi estabelecido o regimento interno dos colégios distritais, organizando assim, o funcionamento no interior destas instituições. Ainda neste ano foi instalado em Porto Alegre o primeiro colégio distrital, e nos anos de 1902 e 1903 nas seguintes cidades: Santa Maria, Cruz Alta, Santa Cruz, Montenegro, Taquari, São Gabriel, Livramento, Taquara, Rio Pardo, Uruguaiana e Bagé.

O Collegio Distrital de Bagé foi inaugurado em 1903. Temos informações sobre ele no Relatório Intendencial daquele ano, no qual o intendente José Octavio Gonçalves fala sobre a criação deste colégio.

Na cidade, em compensação, a instrução vae tendo animadora difusão, graças ás medidas tomadas pelo governo do Estado, creando o Collegio Distrital. Esse estabelecimento começará brevemente a funcionar no edifício municipal, para tal fim destinado. Ainda não estão abertas suas aulas e já conta a elevada matricula de 150 alumnos. Fazendo applicação da verba que foi votada para auxilio desse instituto de ensino, fiz construir um novo salão e uma outra peça indispensavel para que o edifício se tornasse nas condições exigidas. Considero justíssimo o concurso que o municipio presta ao collegio districtal e espero que seja mantida essa corporação no exercicio vindouro. Assim contando, resolvi providenciar desde já para a confecção dos moveis, o que feito serão inaugurados os trabalhos escolares em seguida. (Jornal "O Dever" de 24/10/1903, p.1)

Como percebido, a instalação deste colégio na cidade exigiu alguns esforços da municipalidade. Sua inauguração se deu em 28 de Março de 1903 e iniciou suas atividades no prédio onde funcionava a intendência, tendo como diretor o professor Afonso Machado Coelho, além de contar com os seguintes professores, assim designados: João Roque Moreira Gomes para reger a classe elementar da seção masculina, d. M^a Clara Mogetti para a classe elementar da seção feminina, d. Angelica de Vilhena Cardoso para a 1^a classe complementar da seção feminina e Afonso Coelho para a 1^a classe complementar da seção masculina. Dias antes da inauguração o jornal anunciava a instalação desta instituição de ensino na cidade.

No dia 28 do corrente mez deverá ser instalado o Collegio Districtal desta cidade, no vasto edificio que serviu anteriormente para o governo municipal. O prédio passou por importantes reformas [ilegível] perfeitamente adequado ao fim que lhe vai ser dado. Por estes poucos dias chegará de Porto Alegre o Sr. Afonso Coelho, diretor nomeado pelo governo, bem como alguns professores sendo aproveitado parte do professorado público desta cidade³. Sabemos já ter chegado a Sr.^a M^a da Gloria Albuquerque Gama⁴, que regerá uma das cadeiras. (jornal "O Dever", 22/03/1903, p.2)

A experiência com os colégios distritais durou pouco tempo até 1905, neste ano o colégio de Bagé foi suprimido pelo Decreto Estadual nº 836 de 18 de novembro e juntamente com ele, foram suprimidos o de Taquari e o de Porto Alegre. Assim como estes os demais colégios foram extintos.

Verificando que estes estabelecimentos de ensino não preenchiam os fins para que foram criados, resolveu o governo, em 1905, suprimindo os colégios distritais de Rio Pardo, São Gabriel, Santa Cruz, Taquara, transformando em colégios elementares, em maio de 1906, este último e os de Santa Maria, Montenegro e Santa Cruz. Em 1909, por decreto nº 1479, de 26 de março, foi modificado o programa de ensino complementar e criados colégios elementares no Estado. (Relatório de Instrução Pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1921, vol. II, p. 188 apud ERMEL, 2011, p.81)

De acordo com este relatório, em alguns casos os colégios distritais foram transformados em colégios elementares. Segundo a Diretoria da Instrução Pública

³ Apesar da publicação 22/03/1903 indicar que a professora M^a da Gloria Albuquerque Gama iria exercer suas atividades no Collegio Distrital, segundo a nota de 25/03/1903 pg.2, pode-se ver que ela foi designada para lecionar a 5^a aula mista de 2^a entrância que funcionava na Sete de Setembro nº 111. Ainda, segundo outra nota no dia 26/03/1903 pg.2, verifica-se que seu nome não consta entre os professores designados para o Colégio Distrital.

⁴ Dentre os professores que já estavam em atividade na cidade antes do collegio districtal ser instalado estão: Maria clara Lopes Mogetti professora da 2^a aula mista, na cidade, João Roque Moreira Gomes professor da 3^a aula masculina, na cidade. (informação extraída do decreto nº 370 de 1º de Março de 1901, que determina quais escolas devem funcionar na 6^a região durante o corrente exercício).

do Estado, as conversões de escolas em colégios elementares eram extremamente vantajosas para o sistema de ensino:

Acredito que a conversão das escolas urbanas em collegios elementares produza melhores resultados, pela ampla fiscalização do ensino, seu método, exata regularidade de horário, e, principalmente, pelo estímulo entre os professores. (Relatório da Instrução Pública do Governo do Estado, 1911, p.16)

O Decreto nº 1479 modificou o programa de ensino complementar e criou colégios elementares no RS. Através dele podemos obter mais informações sobre como funcionavam os colégios elementares: Anexo à Escola Complementar da capital havia um colégio elementar e este servia como modelo para os demais colégios elementares do Estado.

Estas instituições elementares atendiam alunos de 7 a 13 anos de idade, um professor atendia vários alunos com um mesmo grau de adiantamento; o espaço físico contava com secretaria, salas, biblioteca e gabinetes distribuídos no espaço escolar; o diretor, figura presente também nos antigos colégios distritais, passou a ser escolhido pelo secretário de negócios de interior e exterior.

O conteúdo ministrado compreendia as seguintes disciplinas: Português, Geografia, História da Pátria, Noções de Geografia e História Geral, Aritmética e Geometria Prática, Contabilidade, Noções de Escrituração Mercantil e Agricultura, Lições de Coisas, Trabalhos Manuais, Desenho a Mão Livre, Elementos de Música, Ginástica Sueca e Evoluções Militares nas escolas do sexo masculino. Tudo isto, baseado no método intuitivo⁵, a educação moral e cívica continuava presente nos conteúdos a serem ministrados aos alunos.

A classificação destas instituições era conforme a localização. Em relação à frequência de alunos estavam organizadas desta forma: 3ª entrância os com mais de 400 alunos, deviam possuir 08 professores; de 2ª entrância os com mais de 300

⁵ Corsetti (2006): A partir das instruções presentes nos regimentos dos colégios elementares o método "intuitivo" foi assim erroneamente chamado, quando deveria ser chamado de "indutivo". O ensino deveria ser de cunho prático servindo o livro apenas para auxílio. No regimento interno dos colégios elementares de 1910, as instruções sobre como deveria ser o procedimento a ser adotados pelos professores. *Art. 3º - Será constantemente empregado o método intuitivo, começando pela observação de objetos simples para depois elevar-se à ideia abstrata, à comparação, à generalização e ao raciocínio, vedando-se qualquer ensino empírico fundado exclusivamente em exercícios de memória.* CORSETTI, Berenice. **O Pensamento Social e Educacional no Rio Grande do Sul da Primeira República.** In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2006. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuaiscoautorais/eixo06/Berenice%20Corsetti%20-%20Texto.pdf>. Acesso em: 25/09/14, 17h58min.

alunos, com 06 professores; de 1ª entrância os com 200 a 300 alunos, com 05 professores.

Sobre a escolha dos locais onde seriam instaladas estas escolas, além da demanda, o governo estadual dava preferência às cidades que oferecessem o edifício para a instalação do colégio. Cortando assim, os gastos e envolvendo a municipalidade na implantação deste projeto.

Após este Decreto nº 1479, que deu origem aos colégios elementares, outros decretos e regimentos foram sendo impostos para organizar o ensino elementar ministrado no Estado, para subvencionar aulas, criar outros colégios elementares e também para transformar grupos escolares em colégios elementares. Como exemplo disso tem-se em 1918 o 4º Collegio Elementar da Capital instituído pelo Decreto nº 2315 de 31 de janeiro, em substituição ao grupo escolar existente na Rua Voluntários da Pátria.

Cabe ressaltar que durante os anos da Primeira República, os colégios elementares dividiam o espaço com os grupos escolares, presentes em algumas cidades do Estado. Sendo que, os grupos escolares que possuíam maior frequência eram elevados à categoria de colégio elementar.

Isto pode ser confirmado no relatório de Antônio Augusto Borges de Medeiros de 1920, no qual ele expressa claramente sua aprovação ao modelo dos colégios elementares e aos métodos de ensino adotados nestes estabelecimentos.

Experiência confirma, igualmente, o acerto da adopção do systema de collegios elementares, nos quaes se observa um programma especial, organizado segundo os methodos mais modernos e que abrange o curso primário e o elementar, além de aulas praticas de trabalhos manuaes e de gymnastica. Annualmente são abertos á freqüência da população infantil novos estabelecimentos desse genero, aqui e no interior do Estado, **á medida que os diversos grupos escolares, como núcleos, que são de taes collegios, vão preenchendo os requisitos regulamentares e passando á cathegoria superior.** Todos os collegios elementares da capital e muitos dos das principaes cidades funcionam já em prédios especialmente construídos para tal fim, ou convenientemente adaptados. Ha o propósito de dotar todos esses collegios de edificios especiaes e é possivel atingir semelhante objeetivo dentro de praso relativamente curto, se assim o permittirem, como espero, os recursos orçamentários. (Relatório do Presidente da Província Borges de Medeiros de 1920, p. 13, grifo nosso)

Quanto à quantidade de colégios elementares, Ermel (2011, p. 84) aponta que em 1922, já eram 41 desta forma distribuídos pelo estado: 1ª entrância: Santa Cruz, Taquari, Montenegro, Caxias, São Leopoldo, Arroio Grande, São Jerônimo,

Bento Gonçalves, Rio Pardo, Taquara, Caçapava, Ijuí, Cachoeira, Estrela, Vacaria, Santa Vitória do Palmar, Canguçu, Encruzilhada, Viamão. 2ª entrância: Bagé, Itaqui, Livramento, São Borja, Uruguaiana, Dom Pedrito, Alegrete, São Luiz Gonzaga, Quaraí, Cruz Alta, Passo Fundo, Jaguarão, São Gabriel. 3ª entrância: Fernando Gomes (Capital), Souza Lobo (Capital), Voluntários da Pátria (Capital), 13 de Maio (Capital), Bibiano de Almeida (Rio Grande), Juvenal Miller (Rio Grande), Felix da Cunha (Pelotas), Cassiano do Nascimento (Pelotas).

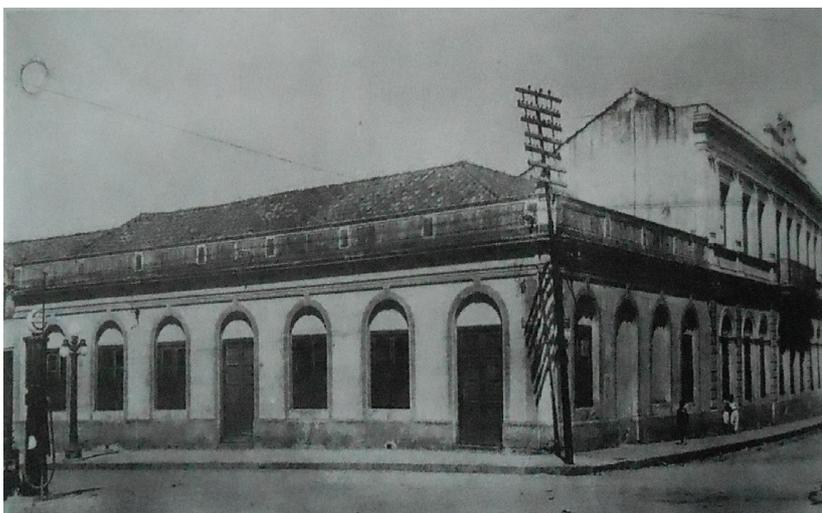
Podemos dizer que tanto os colégios distritais que foram a tentativa inicial de estabelecer um modelo de escola adequado a educação republicana, quanto os colégios elementares, experiência de maior sucesso que se espalhou por várias cidades e teve permanência durante os anos da primeira república, foram importantes para o projeto de renovação da educação previsto pelos republicanos.

O Brasil ensaiou nos primeiros anos do novo regime uma série de iniciativas de planejamento e mudanças sociais, tanto no âmbito ideológico como estrutural. Com o desejo de (re) formação da nação, viu-se que era necessário, antes, formar o cidadão. Entretanto, verificou-se que era preciso, antes de tudo isso, a construção do (s) espaço(s) para a formação deste cidadão. (ERMEL, 2011, p. 60)

Logo, pode-se dizer que os colégios distritais e os colégios elementares vieram para serem estes locais de formação do indivíduo republicano, mas para isto, houve a necessidade de construir toda a organização para o funcionamento destes estabelecimentos de ensino. Desta forma, tem-se uma série de decretos e regulamentos sendo criados para organizar e controlar o ensino fornecido pelo Estado.

4. O Collegio Elementar 15 de Novembro

FIGURA 01
Collegio Elementar



(Fonte: FAGUNDES, 2012, p. 338)

O Collegio Elementar de Bagé foi criado pelo Decreto nº 1479 de 26 de março de 1909 que modifica os programas do ensino complementar e cria colégios elementares no Estado. Ao ser fundado foi classificado como sendo de 2ª entrância, atendia alunos com idade entre 7 a 13 anos, de ambos os sexos. Entretanto, apesar de ter sido criado em 1909 seu efetivo funcionamento se deu no ano seguinte.

Assim, as primeiras informações aparecem apenas no Relatório Intendencial de 1910 na gestão de Jose Octavio Gonçalves, então intendente de Bagé. Deste relatório podemos extrair as seguintes informações sobre esta instituição: Seu primeiro diretor foi o professor Francisco Pinto de Azambuja Netto, este cargo era escolhido pelo Governo do Estado: “*Será director um dos professores, livremente nomeado e dispensado pelo secretário dos negócios de interior e exterior, sob proposta do inspetor geral*”. (Decreto nº 1479, art. 11, §: único, p. 209).

No ano de sua fundação o colégio contava com os professores: Universina de Araújo Bastos e Venâncio Valteriano de Souza, com matrícula de 153 alunos e no ano seguinte de 166 alunos. Inicialmente funcionou no antigo prédio da intendência na Praça Carlos Telles, então reformado pela administração para este fim. Contudo,

por não atender às necessidades da instituição houve mudanças nos planos sobre sua localização.

Propôz-me aquelle diretor que a Intendência lhe conseguisse outro prédio mais apropriado. Attendendo a nobresa dos fins, resolvi então dar um aluguel a Intendência Velha, supprimir a subvenção de trez aulas que podiam ser dispensadas visto a substituição vantajosa e alugar com a economia que d'ahi proviesse o prédio onde se acha installado e funcionando regularmente o Collegio Elementar. (Relatório intendencial 1910)

Após sua saída do prédio da intendência, chegou a funcionar na Rua Barão do Triunfo nº 109. Ainda não temos indícios de quanto tempo o colégio permaneceu em cada uma destas localidades. Sendo sua terceira localização um prédio da Praça Rio Branco, que foi alugado por melhor atender às necessidades de ensino, este edifício foi comprado pelo Governo do Estado no ano de 1917 e até o final do período estudado a instituição permaneceu nesta localização. Em 1922 em publicação sobre término do ano letivo, encontrou-se uma breve descrição das condições do prédio.

[...] O collegio elementar 15 de Novembro é, sem duvida, um estabelecimento de ensino elementar que honra a nossa cidade, pois **se acha instalado em um vasto prédio de propriedade do estado, dotado de todas as condições de higyene** e competentemente dirigido pela inteligente educacionista d. Universina de Araujo Nunes [...] (Jornal "O Dever", 19/12/22, p.2, grifo nosso).

Estas informações levam a entender que as condições do local de seu funcionamento eram adequadas aos padrões exigidos para estes estabelecimentos na época. Diferente do discurso que se via no início da Primeira República, que segundo Korndörfer (2011), referiam-se negativamente às condições higiênicas da instrução pública e a necessidade da atuação do governo nesse sentido.

Em agosto de 1926, o prédio passou por algumas reformas, sendo anunciada no jornal, a chegada do construtor Jeronimo Meneghine que veio à cidade exclusivamente para ser o encarregado destas mudanças.

Outro ponto importante a ressaltar é que em 1910 para a instalação do colégio houve 03 supressões a aulas, isto propiciou a economia necessária para a inauguração deste projeto. Esta centralização das aulas em um único local potencializou a fiscalização e o método de ensino.

Em 1911, permanecia em seu quadro docente os mesmos professores e diretor de sua fundação. Neste ano, mais 06 supressões foram realizadas para contribuir com a frequência do colégio:

A supressão da 1ª escola, do sexo masculino da cidade, trará vantagens á freqüência do colégio, 02 escolas de 2ª entrância e 03 rurais funcionavam na sede, fazem grande concorrência ao colégio. O presidente do Conselho Escolar da cidade de Bagé é o Sr. Jorge Reis. (Relatório da instrução publica do estado de 1911, grifo nosso)

Estas supressões a aulas surtiram efeito no coeficiente de alunos do Colégio Elementar, em 1913 a matrícula total era de 250 alunos, sendo que, o Relatório de Instrução Pública relata que a frequência média nos três primeiros meses se equiparava ao número de matrículas, declinando em virtude do inverno rigoroso da região. O tabela abaixo traz a matrícula do Collegio Elementar em relação às aulas públicas existentes na cidade em 1914.

Tabela 01
Matrículas da Instrução pública bajeense em 1914

| | Matrícula | Meninos | Meninas | Frequência |
|----------------------------------|-----------|---------|---------|------------|
| Collegio Elementar | 280 | 147 | 117 | 230 |
| 5 aulas estaduais | 334 | 116 | 118 | 247 |
| 15 aulas municipais ¹ | 502 | 277 | 225 | 355 |

Fonte: Relatório Intendencial de 1914, ¹ 14 subvencionadas.

Estes dados revelam que o Collegio Elementar representava 25,08% das matrículas e 27,64% da frequência da rede pública. Não é o objetivo neste capítulo fazer um levantamento comparativo entre Colégio Elementar e outras escolas da rede pública. Mas, estas informações servem para demonstrar a relevância desta instituição, logo nos seus primeiros anos de funcionamento.

O número de instituições estaduais na cidade diminuiu durante o período estudado, chegando a ser em 1920 apenas 02, sendo elas: O Collegio Elementar e uma aula para meninos comandada pelo professor Domingues Arthur Orfino. Nas análises desta instituição, pode-se afirmar que ela sempre pode ser percebida como uma das principais instituições públicas de ensino da cidade.

Martim Tupy Silveira em seu relatório de 1924 faz menção à importância deste colégio para a sociedade bajeense, além de mencionar o envolvimento do município para mantê-la em pleno funcionamento.

Dirigido pela prorecta educacionista, exma. Sra. D. Universina de Araújo Nunes, auxiliada por um distinto núcleo de professoras diplomadas, funciona na cidade, com a elevada frequência de 477 alumnos o “Collegio Elementar 15 de novembro”, instituto modelar mantido pelo benemerito governo do Estado. **A esse estabelecimento, que, incontestavelmente, constitui um eloqüente attestado interesse que tem a alta administração pelo magno problema da instrução publica, o municipio vem prestando todo o auxilio material que por vezes se faz necessário, certo de assim concorrer para uma grande obra de interesse colectivo.** (Jornal O Dever de 30 de setembro de 1924, p.01, grifo nosso)

No quadro abaixo que representa o ano de 1923, pode-se verificar um aumento considerável na matrícula e no número de professores necessários para esta demanda:

Tabela 02
Professores do Collegio Elementar

| Nº | Corpo Docente | Classe | Matrícula | Nº de anos de Magistério | Nº de anos no Colégio |
|------|-----------------------------|--------|-----------|--------------------------|-----------------------|
| Dir. | Universina de Araújo Nunes | --- | --- | 21 | 12 |
| 1ª | Melanie Granier | 3ª | 22 | 28,5 | 11 a.6m. |
| 2ª | Mª Josepha Nunes Camargo | 2ª | 53 | 31 | 10 |
| 953ª | Idalina Soares Lisboa Régio | 2ª | 35 | 16 | 8 a. 9m |
| 4ª | Albertina Schilleng Schmitt | 3ª | 24 | 8 | 8 |
| 5ª | Julia Costa Taborda | 1ª | 56 | 7 | 5 |
| 6ª | Maria Curtis | 1ª | 58 | 1 m. | 1 m. |
| 7ª | Herma Soyaux | 1ª | 58 | 1 m. | 1 m. |

Fonte: Relatório da Instrução Pública de 1923

O ensino que era dividido em três classes. Deveria ter em cada seção 50 alunos no máximo e na primeira série até 30 alunos. Esta determinação foi tomada

em 1916 pelo Decreto Estadual nº 2224 que modifica o Regulamento da Instrução Pública. O presidente do Estado Antônio Augusto Borges de Medeiros em seu Relatório de 1917, mencionou esta medida como o modo de tornar o trabalho dos professores mais *proveitoso*. Sendo criadas quantas aulas paralelas fossem necessárias, quando este limite fosse ultrapassado.

Na tabela acima, nota-se que em alguns casos este número ultrapassou o estipulado pelo regulamento, especialmente na 1ª classe, onde a quantidade de alunos deveria ser menor. Se considerarmos a matrícula neste ano, que era de 405 e o número de professores tem-se uma média de 45 alunos para cada docente.

Contudo, ao observar o exemplo do Ginásio Auxiliadora, vê-se que educação privada, pelo menos no tocante a quantidade de docentes para a matrícula total, representava um quadro diferente ao encontrado no Colégio Elementar. Em 1924, o Ginásio Auxiliadora possuía uma matrícula de 370 alunos e 21 professores. Isto representava 17,6 alunos por professor. Realidade distinta a do Collegio Elementar.

Porém, o número de docentes existentes nos colégios elementares era determinado de acordo com sua classificação que estava sujeita ao número de matrículas. Escolas de com mais de 400 alunos, deviam possuir 08 professores, ou seja, em torno de 50 alunos por professor. Neste sentido, esta escola estava dentro do modelo estipulado para instituições deste gênero. Registrando um aumento no quadro de docentes de acordo com o crescimento das matrículas.

Também nota-se que o corpo docente do Collegio Elementar 15 de Novembro contava com professoras de muitos anos no magistério e com alunas mestras com pouco tempo de experiência na área, que foram sendo incorporadas ao quadro de professores à medida que crescia a demanda.

Quanto aos diretores, além do professor Francisco Pinto de Azambuja Netto diretor de 1910 até 1913, também foram diretoras do colégio as professoras Melanie Granier e Universina de Araújo Nunes. Sobre os anos em que estas duas professoras foram diretoras da instituição não encontramos nos Relatórios da Instrução Pública do Estado informações que nos permitam construir um traçado preciso.

Porém, sabe-se que após a saída do professor Francisco assumiu a direção a professora Universina de Araújo em 1914, por não termos tido acesso a nenhum relatório de 1915. Logo, não sabemos informar quem foi a diretora neste ano, tendo ela sido diretora novamente em 1921, permanecendo no cargo até o final do período

estudado. Quanto à professora Melanie Granier, sabe-se ela foi diretora no ano de 1916 e no ano 1920, entre estes anos não encontramos informações sobre a direção da escola nos relatórios observados. Além de terem sido diretoras, estas duas professoras eram as docentes mais antigas na instituição.

Em relação ao predomínio da presença feminina no magistério, primeiramente lançaremos mão da realidade bajeense. Segundo Bica (2013, p. 174), em 1922 representava os seguintes valores: “92 *professores do quadro da Instrução Pública e Particular no município de Bagé, 55 docentes ou 60% do total eram mulheres*”. No caso do Collegio Elementar este percentual era significativamente maior, pois, nos anos observados nesta pesquisa, dos quais tivemos acesso ao quadro de docentes. Esse percentual muitas vezes chegou a 100%.

Um exemplo da predominância da participação feminina no magistério são os colégios elementares. [...] Entretanto, pode-se também observar ainda um forte resíduo de hierarquização de gênero. **Processo pelo qual os homens conseguem proporcionalmente uma melhor participação em postos de direção.** Assim, nos colégios elementares do interior apesar de representarem apenas 4,75 % dos professores os homens ocupam a direção em 33,33% dos colégios. Mas o aspecto que chama mais atenção é que dos 15 colégios elementares que têm diretores do sexo masculino 12 (80%) o diretor era o único homem do colégio. (TAMBARA, 1999, p. 6, grifo nosso)

Sendo assim, o Collegio Elementar 15 de Novembro apenas nos seus primeiros anos de funcionamento não fugiu à regra de instituição dirigida por homens, sendo dirigido nos anos posteriores pelas professoras Universina e Melanie.

Para sermos mais específicos, a presença masculina no corpo docente do Collegio Elementar foi percebida apenas em dois momentos sendo eles: No início da instituição, com os professores Venâncio Valteriano de Souza e Francisco Netto professor e diretor, e no ano de 1916, com a presença do professor João Rodrigues Pereira.

Alguns pontos que contribuíram para predomínio da presença feminina no magistério são discutidos por Tambara (1999, p. 02):

É preciso ter em mente, que ao final do Império a tendência que se observava era a de associar o processo de feminilização ao de qualificação profissional. Este mecanismo decorria fundamentalmente da reserva de mercado que a legislação da época prescrevia em relação ao privilégio que

os docentes formados na escola normal detinham em termos de ocupar as aulas vagas e mesmo aquelas ocupadas por docentes sem o diploma de normalista. Tal processo implicou que paulatinamente os postos de trabalho docente fossem ocupados por mulheres pelo fato fundamental de que estas tradicionalmente correspondiam a dois terços dos alunos da escola normal. De outro lado, uma parte significativa dos alunos masculinos, uma vez diplomados na escola normal, não ocupavam efetivamente a cátedra, sendo desviados e ou principalmente atraídos para outros postos de trabalho. (TAMBARA, 1999, p. 02)

Além disto, Tambara (1999, p. 03) destaca que o papel social ocupado pela mulher, contribuiu neste processo, pois mesmo ocupando um cargo de docência, geralmente em apenas um turno, isto não prejudicava as funções tradicionalmente atribuídas à mulher, que envolvia afazeres domésticos de mãe, esposa e filha. Pelo contrário, estas duas atividades se complementavam, permitindo a mulher exercer outras atividades além de domesticar o espaço escolar.

No ano de 1925, quando Carlos Cavalcante Mangabeira intendente de Bagé lançou o edital para a escolha de professores para o ensino primário municipal, no Relatório deste ano, pode ser visto o destaque dado às professoras do Colégio Elementar que compuseram a banca deste concurso.

[...] No mesmo mez foi aberta, pela primeira vez, em Bagé, a inscripção para o concurso de professores municipaes, tendo se inscripto 33 candidatos, dos quaes 25 lograram approvação. Por acto nº 304 os candidatos approvados em concurso foram nomeados e localizadas as escolas. **É com satisfação que agradeço ás exmas. Professoras DD. Universina de Araújo Nunes e Melanie Granier, respectivamente directora e professora do Collegio Elementar, que, juntamente com o inspector escolar, constituíram a banca examinadora do concurso.** Este mesma commissão, a convite meu, organisou o pogramma de ensino, que foi approvado por acto nº 303, de 15 de julho d'este ano. (Relatório Intendencial de 1925, grifo nosso).

Este destaque às senhoras do Collégio Elementar, também é percebido nas notícias referentes à instituição que foram encontradas nos jornais pesquisados. Especialmente a professora Universina, que além de ser a docente mais antiga no colégio, também era sua diretora. Portanto, seu nome sempre constava com honra nas publicações relativas ao estabelecimento de ensino. Pode-se dizer, que o discurso republicano presente tanto nos relatórios como no jornal também republicano “O Dever” auxiliava a criar uma imagem positiva para a população da instituição e seus professores.

TABELA 03

Matrícula e número de professores do Collegio Elementar (1910-1929)

| Ano | Matrícula | nº de professores |
|-------------|------------|-------------------|
| 1910 | 153 | 3 |
| 1911 | 166 | 3 |
| 1912 | 166 | 4 |
| 1913 | 250 | - |
| 1914 | 280 | 5 |
| 1915 | - | - |
| 1916 | 268 | 7 |
| 1917 | 314 | - |
| 1918 | 320 | - |
| 1919 | 353 | - |
| 1920 | 300 | 6 |
| 1921 | 384 | 7 |
| 1922 | 357 | 8 |
| 1923 | 306 | - |
| 1924 | 477 | 10 |
| 1925 | 321 | 9 |
| 1926 | 301 | 10 |
| 1927 | 369 | - |
| 1928 | 368 | 10 |
| 1929 | 350 | 7 |

Fonte: Relatórios de Instrução Pública do Estado e Relatórios Intendencias

Tomando como base a matrícula do ano de sua fundação percebe-se que o colégio teve um aumento constante em seu número de matrículas até 1919 quando atinge um aumento de 200 alunos ou 130,7%. Após este ano, o movimento de matrículas mostrou-se inconstante com acréscimos e decréscimos. Atingindo em 1924 ao ápice de matrículas 477, isso representou um aumento de 211,8%. E fechando em 1929 com 350 alunos ou 26,6% a menos que o número máximo alcançado pela instituição.

O trecho a seguir do relatório intendencial de 1929, último ano do período analisado. Traz as palavras de Alziro Marino vice-intendente em exercício, sobre o Collegio Elementar 15 de Novembro, destacando as condições de funcionamento e seu professorado qualificado para ensinar seus alunos.

O Collegio Elementar, mantido pelo benemerito Governo do Estado e dirigido pela competente professora D. Universina de Araujo Nunes, acha-se perfeitamente aparelhado para preencher o fim a que se destina. Este estabelecimento de ensino, que já se impoz e nosso meio pela competencia e dedicação de seu corpo docente, dispõe de excellentes elementos,

capazes de proporcionar a seus alunos, uma esmerada e sólida educação. (Relatório Intendencial de 1929)

Até aqui tentamos construir um histórico do Collegio Elementar de Bagé, ancorados principalmente nos Relatórios do Governo Estadual e Municipal. A partir deste momento, nosso olhar se volta especialmente para a pesquisa realizada no Jornal “O Dever” entre os anos (1921-1928).

Em 1921 o Collegio Elementar de Bagé passou a se chamar Collegio Elementar 15 de novembro, não foram encontradas nos relatórios referências a esta troca. Apenas foi percebido no jornal “O dever” que a partir deste ano as referências à escola já constam com este nome.

Neste mesmo ano o colégio passa a oferecer alguns cursos gratuitos para a comunidade durante o período da tarde, ou seja, no turno inverso ao do curso primário, que eram: Desenho e pintura, música: piano e canto, bandolim, bordados, declamação, ensino de moral e civilidade, corte e costura e francês. Também era previsto a possibilidade da criação de um curso datilografia e de uma banda de música infantil.

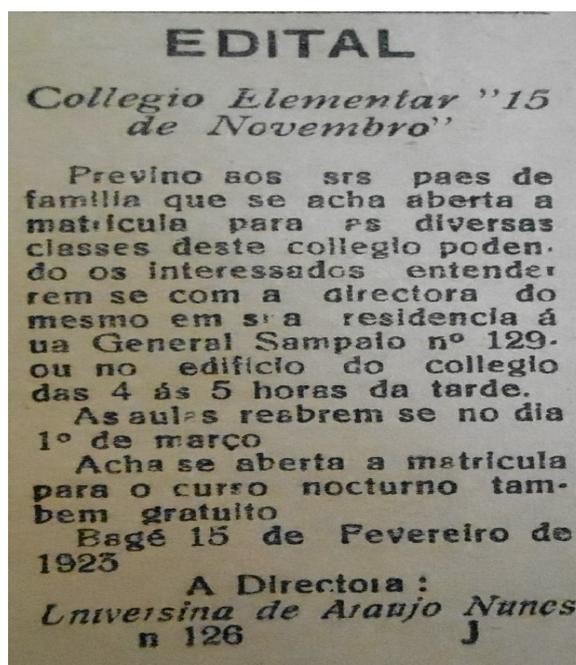
Não foram encontradas outras publicações que indicassem quanto tempo este curso ficou em funcionamento ou se a curso de datilografia e a banda musical foram concretizados. Sendo que, em 1922, as primeiras informações que foram encontradas sobre atividades fora do horário normal da instituição, relatam sobre um curso noturno.

Foram encerradas no dia 18 as aulas nocturnas do collegio elementar, as quaes vinham funcionando com uma matricula de 71 alunos. Este ensino gratuito oferecido a alunos de ambos os sexos **que só podem receber á noite, devido a seus afazeres diurnos, foi instituido no collegio pela esforçada e inteligente diretora d. Universina de Araujo Nunes a convite das autoridades superiores do estado.** Assim é que além das horas regulamentares de ensino no collegio elementar de Bagé, ainda dispendem seus esforços a bem da educação de nosso povo as digníssimas professoras daquele collegio, em dias determinados pela escola organizados a noite nas suas horas de folga. No encerramento destas aulas verificou-se que principalmente salientando-se o facto de se apresentarem com adiantamento relativo, **37 alumnas e alumnos que ali ingressaram completamente analfabetos o que demonstrou o interesse e ophitmo methodo de ensino,** [...] (jornal “O Dever” de 21/12/22, p.01, grifo nosso)

Podemos compreender que o governo do Estado estava interessado que o ensino primário chegasse esta camada da população que já estava trabalhando e, portanto não podiam ir às aulas diurnas. Este curso era destinado a adultos e

também a menores, o que configura que esta realidade também os afetava. Dos 71 alunos matriculados 52,1% eram analfabetos ao ingressarem no curso. Na nota a seguir podemos ver que as matrículas para este curso iniciavam junto com as do curso diurno.

FIGURA 02
Anúncio de edital de matrículas de 1923



Fonte: Jornal "O Dever" 21/02/1923, p.03.
Acervo Museu Dom Diogo de Souza

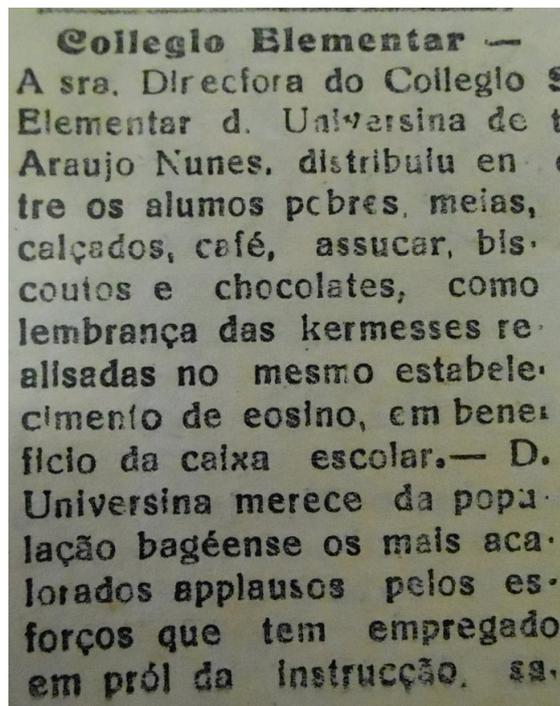
Com a chegada do inverno havia modificação de horários; quando isto acontecia, o horário que costumava ser das 8h às 13h da tarde era trocado para das 11h na manhã às 16h da tarde, voltando ao normal no mês de outubro. O que gerava a suspensão das aulas noturnas devido ao curto espaço de tempo para o descanso dos professores entre um turno e outro.

Também foram encontradas publicações sobre festividades como o Dia da Criança, Natal e quermesses. Estes eventos eram sempre comemorados pela comunidade escolar. Bem como, apreciados pela sociedade bajeense que se fazia presente e auxiliava muitas vezes com donativos para o caixa escolar.

Os recursos deste caixa escolar eram adquiridos por meio de doações e outras atividades realizadas pelos alunos para angariar fundos. Os valores

arrecadados geralmente eram destinados à realização destas festividades e a algumas doações realizadas pela escola.

FIGURA 03
Publicação quermesse de 1927



Fonte: Jornal "O Dever", 22/11/1922, p.03.
Acervo do Museu Dom Diogo de Souza

Verificaram-se diversas ações como esta sendo realizadas pela escola tais como: Ceias oferecidas no Dia da Criança, doações de pares de sapatos e fazendas para a confecção de uniformes no período do inverno.

Além disto, foram encontradas notícias referentes às seguintes datas comemorativas: 21 e 22 de abril (Tiradentes e Descobrimento do Brasil), 13 de maio (Abolição da Escravatura), 14 de julho (Início da Revolução Francesa), 07 e 20 de setembro (Independência do Brasil e Revolução farroupilha), 15 e 19 Novembro (proclamação da República e Dia da Bandeira), 24 de outubro (Morte de Júlio de Castilhos).

No descobrimento do Brasil e no dia de Tiradentes, por exemplo, em notas publicadas em 06/05/1923 e 21/04/1923 respectivamente, percebe-se que em ambas as atividades, havia um discurso histórico proferido sobre as datas comemorativas, por uma das professoras. Já outras datas como: Independência do

Brasil e o Dia da Bandeira recebiam uma programação bem mais elaborada, seguindo um cronograma de horários e atividades pré-determinadas, nos quais estavam inclusas as apresentações dos alunos.

Collegio Elementar “Quinze de Novembro”_ foi condignamente comemorada neste estabelecimento de ensino a data de 19 de Novembro, consagrada á Bandeira. Realizou-se uma sessão cívica que obedeceu seguinte programa: Abertura da mesma pela Exma Directora D. Universina de Araujo Nunes.

I Hyno Nacional cantado por todo o collegio.

II Prelecção alusiva á data pela professora Ruth Landell.

III Saudacção á Bandeira poesia pela alumna Cacilda P. silva.

IV Á Bandeira poema pela alumna Haydés B. de Souza.

V Pavolhão Brasileiro oração pela alumna Elmira Flôres.

VI Bandeira amada pala alumna Olga Fontura.

Encerrou-se a sessão com o hymno á Bandeira. Cantado por todo o collegio.”(jornal “O Dever”, 20/11/27, p. 03)

Corsetti (2008a, p. 65) afirma que a simbologia foi amplamente utilizada pelos republicanos para alcançar o imaginário social, destes símbolos, o hino e bandeira eram os principais elementos, presentes em todas as solenidades escolares. Neste sentido, estas celebrações recebiam destaque no calendário escolar e eram amplamente divulgadas nos jornais. Favoreciam a consolidação do “imaginário republicano”, como afirma Corsetti (2008b, p.13), “[...] *os rituais, expressos através das comemorações e festas cívicas destinadas à propaganda eficiente dos valores da modernidade republicana...*”.

Desta forma, o Collegio Elementar, assim como as demais escolas gaúchas, ao cumprirem com estas programações prestavam-se ao objetivo de consolidar os ideais positivistas na sociedade fazendo-a assimilar a modernidade advinda da república.

Os rituais presentes no âmbito escolar desempenham um papel importante na vida dos estudantes, na medida em que são capazes de moldar os alunos, mudando a percepção e compreensão da realidade em que vivem. (REIS, 2011, p.141)

Bica (2013), destaca o papel importante que a Praça de Desportos de Bagé conluída na gestão do intendente Carlos Cavalcante Mangabeira, teve neste projeto conscientização da população da cidade.

Além disso, a Praça de Desportos de Bagé serviu como um lugar de sacralização dos rituais republicanos pensados pela ideologia positivista do Partido Republicano Bajeense na década de 1920 e na consagração da Organização Educacional Municipal da Instrução Pública de Bagé. (BICA, 2013, p.251, grifo nosso)

Corroborando com a assertiva acima, encontramos uma nota publicada no dia da inauguração desta praça, 07 de setembro de 1927, data que se comemora a Independência do Brasil, um discurso repleto dos ideais que estavam transcorrendo pelo Estado naquele momento.

[...] é a praça de Desportos, onde a juventude bagéense, poderá ir em busca de forças creadoras do organismo e da intelligencia que são as energias que emprehendem que formulam e produzem _ em uma palavra, as que desenvolvem a fortuna publica e a civilização.(Jornal "O Dever", 07/09/27, p.01)

O Collegio Elementar 15 de Novembro fez-se presente neste dia, assim como outras escolas da cidade e também participou das programações desta grande solenidade. Após sua inauguração a praça seguiu sendo utilizada para a realização destas festividades e para a prática de atividades físicas pelos estudantes bajeenses.

Além disto, deve se mencionar que a prática de exercícios físicos que constituía parte importante da educação positivista, também era cumprida pelo Collegio Elementar 15 de Novembro, na foto vê-se um grupo de alunos praticando ginástica no ano de 1924.

FIGURA 04
Alunos do Collegio Elementar



Fonte: KORNDÖRFER, 2011, p.144.

O exercício da ginástica estava inserido na grade curricular de ensino, pois, para o positivismo gaúcho construir o novo cidadão da república, era criar indivíduos saudáveis, assim como eliminar hábitos indesejáveis. As duas notas a seguir expressam um pouco desta preocupação dos republicanos.

Tendo a exma, sra.d. Universina araujo Nunes, diretora deste estabelecimento de ensino. **Recebido da secretaria do Interior. Um fonograma recommendando providencias para desenvolver propaganda contra o alcoolismo,** foram iniciadas, no mesmo estabelecimento de ensino, conferencias sobre o assumpto. Sendo escaladas as professoras por ordem para efectuarem as mesmas. (grifo nosso) (Jornal "O Dever", 22/10/27, p.3,grifo nosso)

Conforme circular recebida pela directoria deste estabelecimento iniciar-se-ão neste collegio, **conferencias semanais que realizarão aos sabados e versarão sobre moral e higiyene [...] desnecessario sera por em destaque a utilidade e o proveito destas palestras bastando acrescentar que a feliz idea do exmo.sr. dr. Secretário de Interior e exterior,** se juntarao os fructos que necessariamente advirão desta útil iniciativa [...] (Jornal "O Dever",28/10/1927, p.3, grifo nosso)

Em ambas as notícias pode-se perceber que além dos temas estarem ligados à moral, saúde e higiene, a ordem para que estas atividades fossem desenvolvidas vinham do governo estadual. Sendo assim, outras escolas no Estado recebiam as mesmas instruções. No projeto republicano de higienizar a sociedade, a escola teve um papel importantíssimo.

Além disto, também foram encontradas referências à prática de escotismo pela instituição neste mesmo ano. As notícias encontradas datam de 09 e 10 de outubro de 1924. Nestes dias foram publicadas notas sobre o retorno de dois escoteiros do Collegio Elementar à Bagé. Assim como de costume, todos os acontecimentos desta recepção foram descritos, minuciosamente pelo jornal "O Dever". Compareceram ao evento autoridades políticas, militares, eclesiásticas, além da comunidade bajeense e outras escolas.

Segundo (KORNDÖRFER, 2011, p.137) o escotismo propriamente dito não aparece nos regulamentos e regimentos do ensino primário entre os anos 1893 a 1928. Tendo o escotismo escolar sido mencionado pela primeira vez no Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior de 1926, no qual João Pio de Almeida relata que apesar de não ser oficial a prática de escotismo, ela vinha sendo realizada nas escolas do Estado.

Desta forma, todas as atividades desenvolvidas pelo Colégio Elementar que visavam um bom desenvolvimento físico ou moral dos alunos, estavam em sintonia com o projeto de modernização da sociedade através da educação.

Em todas as instâncias observadas nesta análise o Collegio Elementar 15 de Novembro mostrou-se como a principal instituição estadual da cidade, contribuindo com a comunidade e a envolvendo em suas realizações.

5. Considerações Finais

Neste trabalho, que procurou resgatar a gênese do Collegio Elementar 15 de Novembro, fez-se necessário uma pesquisa sobre as atividades que estavam ocorrendo no interior da instrução gaúcha durante a Primeira República, para assim, compreendermos o processo que lhe deu origem. Desta forma, vimos que o processo de expansão do ensino ocorrido neste período veio acompanhado dos interesses de construção de uma nova sociedade, adequada aos padrões de civismo, moral e higiene.

Na concretização deste objetivo a instrução pública teve um papel importante, pois a ela cabia o dever de instruir o cidadão da república. Sendo neste momento um novo modelo de escola criado para estes fins. Assim, depois da experiência com os colégios distritais, nascem os colégios elementares. Nos quais, o método de ensino e todas as ações ocorridas nestes estabelecimentos de ensino eram ordenadas e rigorosamente fiscalizadas pelo governo estadual. Demonstrando que o Estado controlava as ações ocorridas no interior destas instituições.

Percebemos também, que tanto no discurso da administração municipal, quanto nos Relatórios da Instrução Pública do Estado e no jornal republicano “O Dever”, houve uma enorme preocupação de evidenciar os proveitos da existência desta instituição para a cidade, bem como da dignidade e qualificação do professorado que a compunha, e assim, construir a imagem de instituição ideal para aquele momento em que ela estava inserida.

A partir do corpus documental que foi utilizado para construir este trabalho, pode-se afirmar que o Collegio Elementar 15 de Novembro, veio para suprir a demanda educacional da época e para ser o novo⁶ modelo de escola de acordo com as intenções dos dirigentes republicanos gaúchos. Pode-se dizer que esta instituição cumpriu o propósito para o qual foi destinado, realizando as indicações recebidas do Estado. E se tratava da escola estadual de maior relevância na cidade.

⁶ (LUCHESE, 2013, p. 03) Os colégios elementares significaram um novo modelo de escola primária, pois até aquele momento, as escolas gaúchas eram caracterizadas por funcionarem, em geral, numa única sala, com um único professor e reunindo diferentes alunos com graus de adiantamento diversos [...] LUCHESE, Terciane Ângela. **Da prescrição à realização**: Os colégios elementares como um novo modelo de escola primária no Rio Grande do Sul. (1909-1927). CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7, 2013, Cuiabá. Anais... Cuiabá: SBHE/UFMT, 2013, p. 01-14.

Com os resultados obtidos neste trabalho, não estamos esgotando as possibilidades de novas pesquisas sobre esta instituição, que foi de grande importância para a cidade. Sabendo que o recorte de nossa pesquisa representou apenas os anos iniciais de seu funcionamento é certo que muitos fatos posteriores a este período deixaram de ser explanados. Porém, ao fazer esta escolha esperamos contribuir para uma construção maior, que é a história da educação em Bagé e no Rio Grande do Sul.

Referências:

ARAÚJO, José Carlos Souza e GATTI JR, Décio. (Org.). **Novos Temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa.** Uberlândia/MG; Campinas/SP: EDUFU; Autores Associados, 2002.

BICA, Alessandro Carvalho. **A organização da educação pública municipal no governo de Carlos Cavalcante Mangabeira (1925-1929) no município de Bagé/RS.** Tese de doutorado. UNISINOS, São Leopoldo, 2013.

CORSETTI, Berenice. **Cultura política positivista e educação no Rio Grande do Sul/Brasil (1889/1930).** In: Cadernos de Educação - FaE/PPGE/UFPel – Pelotas, [31]: 55 - 69, julho/dezembro. 2008.

_____. **Política educacional e imaginário social no Rio Grande do sul dos positivistas (1889/1930).** In: Cultura Escolar Migrações e Cidadania. Atas do VII Congresso Luso-brasileiro de História da Educação. Junho 2008, Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (Universidade do Porto).

_____. **Controle e ufanismo: a escola pública no Rio Grande do Sul (1889/1930).** História da Educação, UFPel, Porto Alegre, v. 2, n.4, 1998. p. 57-75.

_____. **O pensamento social e educacional no Rio Grande do Sul na Primeira República.** In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2006. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuaiscoautorais/eio06/Berenice%20Corsetti%20-%20Texto.pdf>. Acesso em: 25/09/14, 17h58min.

COSTA, Cristina. **Sociologia: Introdução à ciência da sociedade.** São Paulo: Moderna, 2005.

ERMEL, Tatiane de F. **O “gigante do alto da bronze”:** Um estudo sobre o espaço e arquitetura escolar do Colégio Elementar Fernando Gomes em Porto Alegre/RS (1913 – 1930). Dissertação. 173 fl. PUCRS, Porto Alegre, 2011.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Constituições sul-rio-grandenses (1843-1947). Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1963. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=frKwldvbn2g%3D&tabid=3456&language=pt-BR>. Acesso em 01/08/2014, 12h07min.

FAGUNDES, Elizabeth Macedo de. **Inventário cultural de Bagé: Um passeio pela História.** Porto Alegre: Praça de Matriz/ Evangraf. 2012. 2º ed. Revisada e ampliada.

GIOLO, Jaime. **Estado & Igreja na implantação da República Gaúcha:** a educação como base de um acordo de apoio mútuo. Série-Estudos. Campo Grande-MS, n. 27, p. 243-256, jan./jun. 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5.ed.-São Paulo: Atlas, 2010.

KORNDÖRFER, Ana Paula. **“E melhor prevenir do que curar”:** A higiene e a saúde nas escolas públicas gaúchas (1903-1928). 179 fl. Dissertação de mestrado. UNISINOS, São Leopoldo, 2007.

LUCHESE, Terciane Ângela. **Da prescrição à realização:** Os colégios elementares como um novo modelo de escola primária no Rio Grande do Sul. (1909-1927). CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7, 2013, Cuiabá. Anais... Cuiabá: SBHE/UFMT, 2013, p. 01-14.

NEVES, Jose Luis. **Pesquisa qualitativa**-Características usos e possibilidades. Caderno de pesquisas em administração, São Paulo, v.1, nº 3, 2º sem./1996.

REIS, Isabel Sofia Gomes dos Santos Vieira. **História e memória do colégio Manuel Bernardes:** Dissertação. 210 fl. Universidade de Lisboa. Lisboa, 2011.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **Castilhismo:** uma filosofia da República. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010. (vol.145)

TAMBARA, Elomar. **Educação e identidade nacional brasileira.** In: Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 49, p. 21-42, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos>> Acesso em: 25 de setembro de 2014, 18h22min.

_____. **As Metamorfoses do Professorado Gaúcho ao final da República Velha.** In: II Seminário de Pesquisa em Educação – Região Sul (Anped Sul). Curitiba/PR: UFPR, 1999. Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/1999/Historia_Da_Educacao/Trabalho/05_33_25_AS_METAMORFOSES_DO_PROFESSORADO_GAUCHO_AO_FINAL_DA_REPUBLICA_VELHA_NO_RIO_GRANDE_DO_SUL.pdf. Acesso em 22/07/2014, 10h07min.

Decretos:

Decreto nº 89 de 02 de fevereiro de 1897. Leis, Decretos e Actos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul – 1897. Págs. 162-199 Porto Alegre: Oficinas Typographia Echenique & Cia. Publicado em 1907.

Decreto nº 370 de 01 de março de 1901. Leis, Decretos e Actos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul – 1901. Págs. 117-127. Porto Alegre: Typographia do “Jornal do Comercio”. Publicado em 1909.

Decreto nº 385 de 09 de maio de 1901. Leis, Decretos e Actos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul – 1901. Págs. 161-171. Porto Alegre: Typographia do “Jornal do Comercio”. Publicado em 1909.

Decreto nº 1479 de 26 de maio de 1909. Leis, Decretos e Actos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul – 1909. Págs. 207-210. Porto Alegre: Oficina da Livraria de Carlos Echenique. Publicado em 1910

Decreto nº 2224 de 29 de novembro de 1916. Leis, Decretos e Actos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul – 1916. Págs. 166-174. Porto Alegre: Oficinas Typographicas D’ “A Federação”, Publicado em 1917.

Decreto nº 2315 de 31 de janeiro de 1918. Leis, Decretos e Actos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1918. Pág. 24. Porto Alegre: Oficinas Typographicas D’ “A Federação”, Publicado em 1920.

Relatórios Indendenciais:

Relatório Intendencial de 1903 apresentado na gestão de José Octavio Gonçalves. Fonte: Jornal Dever de 24 de outubro de 1903 (p.01)

Relatório Intendencial de José Octavio Gonçalves apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1914. Fonte: Jornal Dever de 23 de setembro de 1910 (p.01) 1910.

Relatório Intendencial de 1924. Intendente: Martim Silveira. Jornal O Dever de 30 de setembro de 1923 (p.01)

Relatório Intendencial de Bagé apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1929. Oficinas Graphics da Casa Maciel. Intendente: Alziro Marino (Vice-Intendente em exercício)

Relatórios da Instrução Pública Estadual:

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barbosa Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Antônio Alves. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre: Typographia da Livraria Universal de Carlos Echenique. Data da Publicação: 1911.

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Antônio Alves. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. (08 de setembro de 1913) Porto Alegre: Oficinas Graphics da Livraria do Globo. Data da Publicação: 1913.

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Protásio Antônio Alves D. D. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior pelo Sr. Dr. Firmino Paim Filho Director Geral em 30 de agosto de 1914. Porto Alegre: Oficinas Graphics da Casa de Detenção. Data da Publicação: 1914.

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Antônio Alves. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. (08 de setembro de 1916) Porto Alegre: Oficinas Graphics da Casa de Detenção. Data da Publicação: 1916

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Antônio Alves. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. (31 de agosto de 1923) Porto Alegre: Oficinas Graphics D' "Federação"

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Antônio Alves. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. (06 de setembro de 1924) Porto Alegre: Oficinas Graphics D' "Federação"

Relatórios do Presidente da província:

Relatório do Exmo. Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros Presidente da Província do Estado do Rio Grande do Sul. 1917. Acervo Digital: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em:

http://memoria.bn.br/pdf2/720500/per720500_1917_00001.pdf Acesso em: 29/12/14, 16h30min.

Relatório do Presidente da Província do Estado do Rio Grande do Sul. 1920.
Acervo Digital: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em:
http://memoria.bn.br/pdf2/720500/per720500_1920_00001.pdf. Acesso em:
24/12/14, 18h21min.

Jornais:

- O Dever, 22 de Março de 1903, p. 02.
- O Dever, 25 de Março de 1903, p. 02.
- O Dever, 26 de Março de 1903, p. 02.
- O Dever, 13 de Fevereiro de 1922, p. 03.
- O Dever, 22 de Novembro de 1922, p. 03.
- O Dever, 19 de Dezembro de 1922, p. 02.
- O Dever, 21 de Dezembro de 1922, p. 01.
- O Dever, 21 de Março de 1923, p. 03.
- O Dever, 21 de Abril de 1923, p. 02.
- O Dever, 05 de Maio de 1923, p. 02.
- O Dever, 09 de Outubro de 1924, p. 01.
- O Dever, 10 de Outubro de 1924, p. 01.
- O Dever, 17 de Julho de 1925, p. 02.
- O Dever, 11 de Agosto de 1926, p. 02,
- O Dever, 22 de Outubro de 1927, p. 03.
- O Dever, 28 de Outubro de 1927, p. 03.
- O Dever, 20 de Novembro de 1927, p. 03.